



Anais da Assembléia

Nº 131

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE JANEIRO DE 1990

ANO XVI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 5.^a SESSÃO DE
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE JANEIRO DE 1990

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Luciano Pizzatto.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

Antes porém, a Mesa tem o doloroso dever de comunicar ao Plenário o falecimento do Deputado Emílio Carazzai, cujo corpo está sendo velado na Capela térrea deste prédio. O sepultamento ocorrerá logo mais às 17 horas, saindo o féretro para o Cemitério Municipal.

O Senhor 2º Secretário fará a leitura da Ata.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luciano Pizzatto) - ... (Faz a leitura da Ata) ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em discussão e votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em COMISSÃO GERAL, para que no dia 10 de janeiro, durante a sessão plenária, profira parecer ao Projeto nº 409/89.

Sala das Sessões, em 09.01.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO Nº 3140

Senhor Presidente.

Tendo em vista o falecimento do ex-Deputado HUMBERTO CARAZZAI, ocorrido hoje, o Deputado abaixo REQUER a suspensão do expediente da presente sessão, preservada a ordem do dia, e a destinação de expediente de Sessão Ordinária do período legislativo normal, para a prestação das homenagens póstumas ao Deputado falecido.

Sala das Sessões, em 10.01.90.

(a) ANIBAL KHURY

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 006/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada que liga o Município de Campo Mourão ao Município de Barbosa Ferraz.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.01.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A rodovia que liga o Município de Campo Mourão ao Município de Barbosa Ferraz, não oferece condições aos municípios de darem atendimento adequado para uma conservação condizente de se manter o escoamento da produção.

A rodovia, passando para a conservação do Estado, terá efeitos decisivos no desenvolvimento de uma região caracterizada por minifúndios voltados para a produção

diversificada.

As ligações rodoviárias que unem as regiões produtoras devem ser prioritárias para facilitar o escoamento da produção e fazer circular as riquezas, têm que estar capacitadas para responderem à altura o progresso decorrente do atual ritmo de desenvolvimento.

As tradições mais caras dos paranaenses, na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, têm suas raízes naquela região, com seu crescimento vigoroso e administrado por homens de grande responsabilidade político-social, consolidando-se como uma das principais rotas de penetração desenvolvimentista daquela importante região.

A importância incontestável do Estado na conservação dessa rodovia, é portanto, fundamental, pois nenhuma das prefeituras têm condições financeiras para manter a conservação desse trecho.

PROJETO DE LEI N° 007/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - O Poder Público, através do órgão competente, introduzirá uma campanha de caráter educativo, informativo ou de orientação social, em filmes a serem apresentados no início das sessões dos cinemas em todo o Estado.

Artigo 2° - O tema central a ser veiculado pela campanha será de interesse geral, devendo abordar questões atuais e relevantes, tais como a AIDS, drogas, doenças venéreas, turismo, ecologia, organização comunitária, história geral, etc.

Artigo 3° - Na veiculação das imagens não poderá constar nomes, símbolos, ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Artigo 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.01.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva elevar a consciência juvenil face aos assuntos de interesses gerais e específicos dessa geração, haja vista, ser o público jovem os maiores adeptos das sessões cinematográficas e da mesma forma, o público alvo da AIDS, drogas, doenças venéreas, etc.

A campanha que ora sugerimos, deve abordar também questões sociais, tal como a ecologia, a organização popular e a evolução da história, dando prioridade à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses, preservando-se no entanto, de promover pessoalmente, autoridades e ou servidores públicos.

Como é de nosso conhecimento, o país

atravessa uma séria crise, tendo o seu crescimento acentuado também no tocante à educação, e medidas paliativas, se não resolvem de maneira geral o problema, ao menos amenizam e contribuem para uma formação individual mais embasada.

Face à relevância desta matéria em pauta, solicitamos o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento neste Parlamento, homens conscientes da gravidade da questão social e sempre voltados aos altos interesses do engrandecimento do Estado e por conseguinte, dos nossos paranaenses.

PROJETO DE LEI N° 008/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - Fica criado o Município de FAROL, desmembrado do Município de Campo Mourão, com as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial a Foz do Rio Riozinho, no Rio Goioerê; sobe pelo Rio Goioerê até a Foz do Rio Farol; sobe por este até a divisa dos lotes 38 com os lotes 39 e 39A; por esta divisa até a cabeceira do Rio Granada, seguindo por este, pelas divisas dos lotes 29, 50 e 26 com o lote 51, até encontrar a nascente ao Arroio Izidoro; desce por este até sua Foz no Arroio Paraguaio; desce por este até sua Foz no Rio Riozinho; desce pelo Rio Riozinho até sua Foz no Rio Goioerê, ponto inicial".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO
DO MUNICÍPIO DE FAROL:

"Começa no entroncamento da Rua Rio Grande do Sul com a Rua Ceará, segue pela Rua Ceará até a Rua Pernambuco, segue por esta até a Rua Paraíba, por esta até a Rua Bahia, por esta até a Rua Alagoas, por esta até a Rua Goiás, por esta até a Rua Sergipe, por esta até a Rua Rio Grande do Sul, por esta até o entroncamento com a Rua Ceará, ponto inicial e final".

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.01.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em toda a História, a evolução e o desenvolvimento constituem a finalidade primordial da existência humana, e com o intuito único e exclusivo de crescimento, acreditando na força do trabalho como fonte geradora do progresso, o Distrito Administrativo de Farol, que conta com uma infra-estrutura capaz de atender as necessidades básicas da população, sente-se no direito legal de constituir-se em Município.

Com uma economia baseada essencialmente no setor agrícola, conta também com

substancial apoio na área agropecuária e no comércio.

Atendendo todos os requisitos solicitados pela lei, para transformar-se em Município, a população distrital não vê, pois, razão alguma para continuarem pertencendo ao Município de Campo Mourão, no momento em que tanto se fala em descentralizar, cada vez mais, a administração pública.

Todos os segmentos sociais e econômicos do Distrito estão amplamente empenhados na concretização deste ideário e portanto, somos estimulados a admitir dentro da nossa filosofia e entendimento democrático, de que todo o poder emana do povo e cuja soberana vontade e opção não podemos desrespeitar nem menosprezar.

A essa Egrégia Assembléia, que tão sabiamente tem decidido os destinos do Paraná, apresentamos o presente projeto de lei, o qual acreditamos, receberá o apoio unânime e posterior aprovação dos nobres Pares com assento neste Parlamento, sempre voltados aos altos interesses do engrandecimento do Estado.

Sobre a mesa requerimento do Deputado Anibal Khury que solicita, tendo em vista o falecimento do Deputado Emílio Carazzai ocorrido hoje, o Deputado abaixo requer suspensão do expediente da presente sessão, preservada a Ordem do Dia e a destinação de expediente de Sessão Ordinária. Em discussão. Votação. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 01/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 03/90), que objetiva reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos servidores militares, bem como do pessoal regido pela CLT, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, a partir de 1° de janeiro de 1990 e dá outras providências. Com PARECER a ser exarado pela Co-

missão Geral. Conforme requerimento de autoria da Deputada Amélia Bruschka. (Publ. no D.A. n° 129, de 08.01.90).

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 001/90

PARECER:

COMISSÃO GERAL

Oriundo da Mensagem Governamental n° 003/90, o plano de lei em tela tem por finalidade reajustar, a partir de 1° de janeiro de 1990, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas e das autarquias do Poder Executivo, assim como adotar outras providências.

Temos que a presente proposta envolve uma preocupação constante do Governo, no sentido de assegurar ao funcionalismo uma remuneração a níveis mais justos e adequados à nova realidade econômica do País, mas sempre tendo em vista as possibilidades do erário público.

Pela justificativa Governamental que acompanha a presente medida, ficam ressaltados os aspectos da necessidade, oportunidade e justiça da mesma, além dos elevados interesses públicos que se encontram envolvidos, que vem assim a solicitar a sua apreciação no atual período de convocação extraordinária desta Casa de Leis.

Esta Douta Comissão Geral, chamada a opinar vem neste sentido se pronunciar favoravelmente, dada a inexistência de qualquer impedimento que possa vir a prejudicar o trâmite normal da presente medida, pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Neste sentido, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 001/90, nos termos em que se encontra.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
ORLANDO PESSUTI
Relator

Em votação o parecer. - Aprovado.

Em votação o projeto. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 02/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, que objetiva reajustar, a partir de 1° de janeiro de 1990, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado e dá outras providências. Com PARECER a ser exarado pela Comissão Geral, conforme requerimento de autoria da Deputada Amélia

PROJETO DE LEI N° 02/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores do Quadro da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, bem como os servidores do Quadro regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ficam reajustados na forma das Tabelas que constituem o Anexo Único desta lei.

Art. 2° - Os valores das gratificações de Produtividade e Representação de Gabinete ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Art. 3° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 29,88 (vinte e nove cruzados novos e oitenta e oito centavos) e o valor das pensões especiais fica reajustado para NCz\$ 532,49 (quinhentos e trinta e dois cruzados novos e quarenta e nove centavos).

Art. 4° - Mantida a data base de reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores do Quadro da Procuradoria-Geral de Justiça e do Quadro regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, durante o exercício de 1990, serão reajustados, a título de antecipação, da seguinte forma:

1. O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês de janeiro de 1990 será aplicado nos meses de fevereiro e agosto, na razão de 25% (vinte e cinco por cento) e os restantes 50% (cinquenta por cento) serão aplicados no mês de janeiro de 1991;

2. Nos meses de março, maio, junho, setembro, novembro e dezembro, será aplicado o IPC verificado no mês imediatamente anterior, deduzido o percentual previsto no parágrafo 1°;

3. No mês de abril será aplicado o residual do IPC do mês de fevereiro e o IPC integral do mês de março;

4. No mês de julho, será aplicado residual do IPC do mês de abril e maio e o IPC integral do mês de junho;

5. No mês de agosto, serão aplicados os 25% (vinte e cinco por cento) do IPC de janeiro e o IPC de julho, com a dedução prevista no parágrafo 1°;

6. No mês de outubro, será aplicado o residual do IPC dos meses de julho e agosto e o IPC integral do mês de setembro.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.01.90.

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
(Tabelas Publicadas no Diário n° 129, de

08.01.90).

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 002/90

PARECER:

COMISSÃO GERAL

Oriundo da Mensagem n° 01/90 de autoria da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, o plano de lei em tela visa reajustar, a partir de 1° de janeiro de 1990, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado. E ainda, objetiva reajustar o valor das gratificações de produtividade, de representação do gabinete, salário-família e dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Temos que a presente proposta virá a proporcionar uma remuneração mais justa e adequada à nossa realidade econômica, assegurando uma vida mais digna e justa aos funcionários integrantes do órgão supra citado, bem como àqueles regidos pela CLT.

Esta Douta Comissão Geral, ao ser chamada a opinar, vem a se pronunciar favoravelmente, por entender que inexistem óbices que possam vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta, pelos demais órgãos competentes desta Augusta Casa de Leis.

Neste sentido, somos pela APROVAÇÃO ao Projeto de Lei n° 002/90.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.01.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

EDUARDO BAGGIO

Relator

Em votação o parecer.- Aprovado.

Em votação o projeto.- Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 03/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECER a ser exarado pela Comissão Geral, conforme requerimento de autoria da Deputada Amélia Hruschka.

PROJETO DE LEI N° 03/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, ativos e inativos, dos servidores do Tribunal de Contas, ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Art. 2° - Os níveis de vencimentos dos cargos em Comissão de Direção e Assessoria-

mento Superior - DAS - ficam reajustados em 234% (duzentos e trinta e quatro por cento).

Art. 3° - Os níveis de vencimentos dos cargos em Comissão, Símbolo 1-C a 6-C e as funções gratificadas, ficam reajustadas em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Art. 4° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 29,88 (vinte e nove cruzados novos e oitenta e oito centavos).

Art. 5° - Os valores da gratificação de produtividade e da gratificação de representação de gabinete ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Art. 6° - Mantida a data base de reajuste anual, a remuneração dos servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas, durante o exercício de 1990, serão reajustados, a título de antecipação, da seguinte forma:

1 - O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês de janeiro de 1990 será aplicado nos meses de fevereiro e agosto, na razão de 25% (vinte e cinco por cento) e os restantes 50% (cinquenta por cento) serão aplicados no mês de janeiro de 1991;

2 - nos meses de março, maio, junho, setembro, novembro e dezembro, será aplicado o IPC verificado no mês imediatamente anterior, deduzido o percentual previsto no parágrafo 1°;

3 - no mês de abril, será aplicado o residual do IPC do mês de fevereiro e o IPC integral do mês de março;

4 - no mês de julho, será aplicado o residual do IPC do mês de abril e maio e o IPC integral do mês de junho;

5 - no mês de agosto, serão aplicados os 25% (vinte e cinco por cento) do IPC de janeiro e o IPC de julho, com a dedução prevista no parágrafo 1°;

6 - no mês de outubro, será aplicado o residual do IPC dos meses de julho e agosto e o IPC integral do mês de setembro.

Parágrafo 1° - Quando o IPC situar-se acima de 40% (quarenta por cento), será feita uma dedução de 15% (quinze por cento), quando for entre 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), haverá uma dedução de 10% (dez por cento), e quando for até 20% (vinte por cento), haverá uma dedução de 5% (cinco por cento).

Parágrafo 2° - O Presidente do Tribunal de Contas fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo e nos demais.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e os efeitos financeiros serão devidos a partir de 1° de janeiro de 1990, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.01.90.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 003/90

PARECER:

COMISSÃO GERAL

O plano de lei em tela, de autoria do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, e encaminhado a esta Assembléia Legislativa via Ofício n° 09/90-GP tem por finalidade dispor sobre o reajuste dos vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências.

A medida ora proposta, tem o intuito de manter a remuneração dos funcionários do órgão supra citado em níveis mais justos e atualizados, aplicando-se também quanto a estes, o que dispõem os artigos 37, inciso XII e 27, inciso XII, respectivamente das Constituições Federal e Estadual.

Neste sentido, esta Douça Comissão Geral ao ser chamada a opinar, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente pela medida em apreciação, por entender que inexistem óbices que possam vir a prejudicar o trâmite normal da mesma, pelos demais órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, somos pela APROVAÇÃO ao Projeto de Lei n° 003/90.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.01.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

Em votação o parecer.- Aprovado.

Em votação o projeto.- Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 04/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que dispõe sobre o reajuste dos servidores do Poder Judiciário e dá outras providências. Com PARECER a ser exarado pela Comissão Geral, conforme requerimento da Deputada Amélia Hruschka.

PROJETO DE LEI N° 04/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos e funções gratificadas do Poder Judiciário, serão reajustados no percentual de 292,11% (duzentos e noventa e dois virgula onze por cento).

Parágrafo Único - O reajuste correspondente aos cargos em comissão obedecerá aos índices fixados nas Tabelas do Poder

Executivo.

Art. 2º - Ficam reajustados no percentual aludido no "caput" do artigo 1º:

I - os valores da Gratificação de Produtividade;

II - os valores da Gratificação de Representação de Gabinete;

III - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.).

Art. 3º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 29,88 (Vinte e nove cruzados novos e oitenta e oito centavos).

Art. 4º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça autorizado a, mediante Decreto, baixar as Tabelas de Vencimentos decorrentes da aplicação desta Lei, atendendo às determinações do artigo 33, inciso VI e § 2º da Constituição Estadual, inclusive acompanhando os seguintes reajustes a título de antecipação do Poder Executivo.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e os efeitos financeiros serão devidos a partir de 1º de janeiro de 1990, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.01.90

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

AO PROJETO DE LEI Nº 004/90

Oriundo do Ofício nº 01/90, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o plano de lei em tela tem por finalidade reajustar a remuneração dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1º de janeiro de 1990, assim como adotar outras providências.

Temos que a presente proposta que ora é encaminhada a esta Augusta Casa, tem por finalidade assegurar ao funcionalismo do Tribunal de Justiça do Estado remuneração a níveis mais justos e adequados a realidade político-econômica do nosso País.

Pela justificativa enviada pelo Poder Judiciário que acompanha a medida em análise ficam ressaltados os aspectos da necessidade, oportunidade e justiça da mesma, além dos elevados interesses públicos que se encontram envolvidos.

Esta Douta Comissão Geral, chamada a opinar, vem neste sentido pronunciar-se favoravelmente, dada a inexistência de qualquer impedimento à presente proposta.

Neste sentido somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 004/90.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.01.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUCIANO PIZZATTO - Relator

Em votação o parecer.- Aprovado.

Em votação o projeto.- Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 01/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo, ativos, inativos e pessoal regido pela CLT. Com PARECER a ser exarado pela Comissão Geral, conforme requerimento da Deputada Amélia Hruschka.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos servidores deste Poder, ativos inativos e pessoal Regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Art. 2º - O vencimento dos cargos em comissão símbolos DAS-1 a DAS-5, ficam reajustados em 234% (duzentos e trinta e quatro por cento).

Art. 3º - O vencimento dos cargos em Comissão símbolos "1C a 6C", "G" e funções gratificadas, ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Art. 4º - A maior remuneração mensal neste Poder fica fixada em NCz\$ 19.911,00 (dezenove mil, novecentos e onze cruzados novos) de vencimentos e NCz\$ 19.911,00 (dezenove mil, novecentos e onze cruzados novos) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 5º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 29,88 (vinte e nove cruzados novos e oitenta e oito centavos).

Art. 6º - Os valores da gratificação de produtividade e das demais gratificações de representação de gabinete ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Art. 7º - Mantida a data-base de reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores, deste Poder, durante o ano de 1990, serão reajustados, a título de antecipação, da seguinte forma:

1 - O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês de janeiro de 1990 será aplicado nos meses de fevereiro e agosto, na razão de 25% (vinte e cinco por cento) e os reajustes 50% (cinquenta por cento) serão aplicados no mês de janeiro de 1991;

2 - nos meses de março, maio, junho, setembro, novembro e dezembro, será aplicado o IPC verificado no mês imediatamente anterior, deduzido o percentual previsto no parágrafo 1º;

3 - no mês de abril, será aplicado o residual do IPC do de fevereiro e o IPC integral do mês de março;

4 - no mês de julho, será aplicado o residual do mês de abril e maio e o IPC integral do mês do junho;

5 - no mês de agosto, serão aplicados os 25% (vinte e cinco por cento) do IPC de janeiro e o IPC de julho, com a dedução prevista no parágrafo 1º;

6 - no mês de outubro, será aplicado o residual do IPC dos meses de julho e agosto e o IPC integral do mês de setembro.

§ 1º - Quando o IPC situar-se acima de 40% (quarenta por cento) será feita uma dedução de 15% (quinze por cento), quando for entre 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), haverá uma dedução de 10% (dez por cento), e quando for até 20% (vinte por cento), haverá uma dedução de 5% (cinco por cento)

§ 2º - A Comissão Executiva fica autorizada a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 8º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação e os efeitos financeiros serão devidos a partir de 1º de janeiro de 1990, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.01.90

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1/90

PARECER:

O presente projeto de resolução objetiva reajustar, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

A medida obedece rigorosamente os parâmetros fixados pela Magna Carta quanto aos vencimentos dos Servidores Públicos bem como às disposições legais e Constitucionais atinentes à matéria versada.

Ante o exposto, somos de parecer FAVORÁVEL a APROVAÇÃO do presente projeto de resolução.

Sala das Comissões, em 10.01.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Em votação o parecer.- Aprovado.

Em votação o projeto.- Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 371/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 114/89), que dispõe modificações na carreira de Procurador do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas de

Plenário em nº de 02 (duas), de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

AO PROJETO DE LEI Nº 371/89

Suprima-se o artigo 3º do projeto de Lei Complementar nº 371/89.

Sala das Sessões, em 10.01.90

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Acir Mezzadri.

Vera Agibert.

Homero Oguido.

Luciano Pizzatto.

Hermes Brandão.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 3º do anteprojeto de Lei Complementar apresentado pelo Senhor Governador do Estado do Paraná, através de mensagem datada de 06.12.89, desatende a peculiaridade da atividade do Procurador do Estado.

O Procurador do Estado é, antes de tudo, um advogado - tendo seu desempenho funcional disciplinado pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 4515/73). E a natureza da sua função exige o cumprimento de prazos legais que não obedecem a horários obrigando o Procurador, por vezes, a trabalhar fora de expediente, em sábados, domingos e feriados.

Além disso, essa função também exige atualização permanente (envolvendo estudo e pesquisa, nem sempre possível de ser realizados nas instalações da Procuradoria Geral do Estado).

Depois, há que se ressaltar que seu trabalho também se realiza externamente, junto ao Poder Judiciário e órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado (audiências, sustentações orais, diligências externas, etc.).

E, ainda, em razão das precárias instalações da Procuradoria Geral do Estado, é inviável a permanência de todos os Procuradores em seu recinto, num expediente regular de trabalho (numa realidade que faz com que os Procuradores de desincubam de seus misteres em suas próprias casas).

Por fim, o referido artigo se contrapõe à permissão constitucional pela qual o Procurador do Estado pode acumular seu cargo com um de magistério, desde que haja compatibilidade de horário. E, nos termos em que está posto, o referido artigo subtrai o exercício dessa faculdade, prejudicando diretamente diversos Procuradores que exercem o magistério superior.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

AO PROJETO DE LEI Nº 371/89

Suprima-se o artigo 8º do Projeto de Lei Complementar nº 371/89.

Sala das Sessões, em 10.01.90

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoio: Acir Mezzadri.
Vera Agibert.
Homero Oguido.
Luciano Pizzatto.
Helmas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 8º do anteprojeto de lei complementar, apresentado, através de mensagem do Senhor Governador do Estado do Paraná - datada de 06.12.89 - estabelece limite máximo de remuneração dos Procuradores do Estado, fazendo remissão à Lei 9.105/89.

Sucede que, o limite da remuneração da classe dos Procuradores do Estado, segundo a Constituição Estadual (art. 125, § 2º, V), e o da remuneração do Advogado-Geral da União. Portanto, o conteúdo do referido artigo é inconstitucional. Como se tal não bastasse, esta garantia constitucionalmente a isonomia de vencimentos entre Procuradores do Estado e os membros do Ministério Público (art. 135, da Constituição Federal, e 125, § 2º, III, da Constituição Estadual).

Por fim, é despidiendo, de qualquer forma, seja essa matéria tratada (assim, especificamente, numa outra lei - porquanto já está regulamentada pela mencionada Lei n.º 9.105/89.

Emenda n.º 01. - Aprovada.

Emenda n.º 02. - Aprovada.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 409/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, que dispõe sobre as eleições destinadas a formação de lista triíplice para a escolha e nomeação do PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA.

PROJETO DE LEI N.º 409/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Ministério Público tem por chefe o Procurador Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, após a aprovação da Assembléia Legislativa, dentre os integrantes da Carreira, indicados em lista triíplice elaborada na forma desta lei, por todos os seus membros, para mandato de dois (2) anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo processo.

Art. 2º - Para a formação da lista triíplice, são eleitores todos os membros do Ministério Público, em exercício.

Art. 3º - São elegíveis os integrantes vitalícios da carreira, que tenham requerido sua inscrição como candidatos até cinco dias, a contar da publicação do edital de chamamento, a ser baixado pela Procuradoria-Geral de Justiça, na imprensa oficial.

O Parágrafo Único - A lista dos candidatos inscritos será publicada, no órgão oficial, no prazo de três dias, após o encerramento das inscrições.

Art. 4º - Caberá ao Conselho Superior do Ministério Público a regulamentação do processo eleitoral.

Art. 5º - Serão considerados incluídos na lista para escolha do Procurador-Geral de Justiça, pelo sistema plurinomial, os três candidatos mais votados e, em caso de empate, será incluído, sucessivamente, o candidato de maior tempo na carreira; o de maior tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná; e, o mais idoso.

Art. 6º - A lista triíplice será encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça ao Governador do Estado, para escolher, no prazo de dez dias, o nome de um dos indicados que será submetido à apreciação da Assembléia Legislativa.

Art. 7º - Após a aprovação da Assembléia Legislativa, que se dará no prazo de quinze dias, o Governador do Estado efetuará a respectiva nomeação, em cinco dias.

Art. 8º - O Procurador-Geral de Justiça tomará posse e encontrará em exercício perante o Colégio de Procuradores, no prazo máximo de dez dias.

Art. 9º - As eleições para a formação da lista triíplice serão realizadas no prazo máximo de 30 dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.12.89

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 409/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de mensagem da Procuradoria Geral da Justiça, sob n.º 67/89-PGJ, de 26 de dezembro de 1989, objetiva dispor sobre as eleições destinadas a formação da lista triíplice para a escolha e nomeação do Procurador Geral de Justiça do Estado.

Ao proceder-se à análise do presente plano de lei, esta Comissão Geral tem a pronunciar que a necessidade regulamentadora de se estabelecer a forma de escolha do Procurador-Geral de Justiça, decorrente do disposto no artigo 128, § 3º, da Constituição Federal e do artigo 116 da Constituição Estadual, está plenamente contemplada, iniciativa a que tecemos nossos elogios, pelo seu espírito democrático.

Send assim, opinamos favoravelmente pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei,

nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.01.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

RAUL LOPES - Relator

Em votação o parecer.- Aprovado.

Em votação o projeto.- Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 3140, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3141, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa, considerando o falecimento do Deputado Emílio Carazzai, não fará mais sessões na data de hoje, mais fará as sessões amanhã, duas sessões, fora a sessão normal, para o término das votações das matérias constantes da Ordem do Dia. Con-

vido os Senhores Deputados para comparecerem ao velório do Deputado Emílio Carazzai.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 01, 02, 03, 04/90.
e do Projeto de Resolução n° 01/90
- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 371/89.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 409/89 e 349/88.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 05/90.

Levanta-se a sessão.